



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Antecedentes do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia

Comitê Internacional

O Colóquio de Recife, Brasil, abril de 2019, é o terceiro encontro de uma arena de discussões¹ que expressa uma vontade coletiva de construir uma rede internacional feminista de agroecologia. São três momentos que permitiram a consolidação de uma rede, através de pessoas e instituições que estabeleceram o elo, pontos de vista a serem defendidos e ações coletivas. Estes encontros também marcaram seu tempo ao antecipar temas que se tornaram estruturantes em debates coletivos em outros espaços.

O colóquio de 2012 reuniu em Toulouse cerca de 150 pessoas em torno ao tema "gênero e agricultura familiar e camponesa, perspectivas norte-sul", dois anos antes do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Este evento foi organizado por centros de pesquisa (UMR Dinâmicas Rurais de Toulouse e UMR Meio ambiente, cidade e sociedade de Lyon), pela Escola Nacional de Formação de Mestres do Ministério de Agricultura da França (ENFA) e pela rede francófona "Gênero em ação". Durante quatro dias, inclusive um dia de visita de campo, as pessoas participantes debateram os seguintes temas: organização familiar e social da produção na agricultura; gênero e gestão social de recursos; desigualdades de gênero na definição e impacto de políticas agrícolas e ambientais; gênero e sistemas alimentares territorializados. O Colóquio resultou na obra «Feminino-masculino: gênero e agriculturas familiares» publicada em 2014 pela editora Quae². O livro foi selecionado pelo Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural (instituição internacional dos Estados do grupo ACP – África, Caribe e Pacífico – em conjunto com a União Européia) para uma distribuição gratuita sob demanda dos países membros, o que permitiu uma ampla difusão dos conhecimentos produzidos. Reconheceu-se portanto a importância da obra para diversos leitores que analisam as relações sociais de sexo e do patriarcado em famílias de agricultores, o desigual acesso aos recursos e modalidades de trabalho, mas também uma temática que torna-se cada vez mais importante, a de sistemas alimentares (urbanos) territorializados.

Em setembro de 2015 nós, pessoas convencidas da importância de reuniões internacionais para conferir visibilidade científica e política a nossos trabalhos, decidimos retomar o projeto. O Colóquio «Cuidado, gênero e meio ambiente. Ética do cuidado e questões de gênero para novas relações com o meio ambiente» aconteceu em Lyon envolvendo os mesmos centros de pesquisa (UMR DR e EVS), mas também, Montpellier SupAgro e a Universidade Paris 1, Sorbonne. Deliberadamente foram reunidos menos participantes, em torno de uma centena, pois a vontade era de organizá-lo como um momento de

¹ Os anteriores foram realizados ambos na França, em 2012 em Toulouse, e em 2015 em Lyon.

² Hélène Guétat-Bernard (coordination éditoriale). Féminin-Masculin. Genre et agricultures familiales. Ed. Quae, 2014.



formação e que fosse mais participativo. Por esta razão envolvemos o grupo de acompanhamento à pesquisa participativa da Universidade de Lyon 3 com quem imaginamos formas de interação baseadas em diferentes metodologias. O objetivo foi colocar à prova da experiência o conceito de cuidado ambiental, compreender seu sentido prático para ações que articulam o cuidado com as relações que os humanos mantêm com seu mundo, em contextos situados. O cuidado foi apreendido como uma relação mais solidária e interdependente, superando uma visão individualista de uma independência absoluta das pessoas. O destaque para os três termos «cuidado, gênero e meio ambiente» se combinou com a necessária perspectiva de gênero. Durante cinco dias, os temas que foram tratados marcaram uma continuidade com 2012, e ao mesmo tempo abriram novas perspectivas: sistemas agroalimentares, gestão de riscos, justiça espacial e ambiental, gestão de recursos e resíduos, preservação da biodiversidade, questões do bem estar. Esse debate buscamos repercutir nas discussões em torno da COP21 em dezembro de 2015 em Paris.

Neste momento em que escrevemos, em 2020, este encontro parece precursor de debates que a crise da Covid 19 trouxe a tona. O conceito de cuidado, ainda pouco conhecido do público em 2015, é hoje apresentado como central para pensar o mundo «pós pandemia». Antes disso, em 2014, a obra «Gênero e saberes. Práticas e inovações rurais no Sul»³ publicada pelo IRD na coleção «Travers champs», resultado de seminários organizados pelo laboratório Dinâmicas Rurais da Universidade de Toulouse, apresentou debates em torno ao cuidado ambiental, ecofeminismo e saberes marcados pelo gênero e situados em relação a natureza, que depois foram tratados em Lyon 2015.

Em 2019 a chama foi mantida por um coletivo de pesquisadoras, movimentos sociais e ONGs que atuam desde os anos 1980 no acompanhamento de camponesas e trabalhadoras rurais na América Latina, e desde os anos 2000 em uma perspectiva agroecológica. Em Lyon a decisão foi tomada coletivamente para que o Brasil, que participou dos dois encontros precedentes, realizasse o terceiro colóquio e se colocaram em ação para continuar esta aventura e consolidar a rede. O encontro de 2019 foi emocionante porque foi carregado da violenta história política em que passava o Brasil, vivendo os desdobramentos do «golpe parlamentar» que retirou a presidenta Dilma Roussef do poder. Apesar das dificuldades, mais de 500 pessoas, pesquisadoras/es, agricultoras e pessoas integrantes de ONGs se reuniram em Recife para afirmar suas convicções, apresentar os resultados de suas investigações e compartilhar a vontade de coordenar suas ações. Sobretudo o colóquio de Recife, mais do que os dois encontros precedentes, foi assumido por movimentos sociais e animado por cientistas que trabalham em estreito vínculo com um mundo político, associativo e profissional. O compromisso assumido pelos movimentos sociais resulta da

³ Hélène Guétat-Bernard & Magalie Saussey (Éditrices scientifiques). Genre et savoirs. Pratiques et innovations rurales au Sud. IRD (INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DÉVELOPPEMENT): Marseille, 2014 (collection À travers champs). Disponível em https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers17-02/010062196.pdf, em maio de 2020.



percepção do evento como parte de um tempo de resistência e de consolidação de um movimento político que articula pesquisa, formação e ação em relação ao feminismo, bens comuns e agroecologia.

Olhar para trás: três momentos, uma rede que se organiza

No momento de publicar os Anais do Colóquio de 2019 é importante inscrever o encontro de Recife na história que o constitui. Recife é a continuidade de uma história e a publicação dos anais é uma forma de nos reapropriarmos dela, de reinventá-la e de afirmá-la como uma aventura comum na forma como suas protagonistas desejam a ela se referir. Nomear o 3º CIFA é uma maneira de marcar os tempos de uma história que defendemos como compartilhada, graças à presença de algumas pessoas nos três encontros e que se ampliou para muitas outras, mas que asseguraram a responsabilidade de sua realização

De um ponto de vista organizativo estes três encontros foram marcados por uma vontade, reafirmada a cada evento, de juntar várias dimensões: i) convidar para o debate vários tipos de representantes do mundo acadêmico, da formação, do desenvolvimento, das políticas públicas e de movimentos de mulheres rurais visando construir alianças estratégicas; ii) favorecer a presença de vários continentes (Europa, África e América Latina – Ásia teve uma representação muito pequena até agora) de modo a pensar as diferenças e semelhanças e para identificar, considerando a diversidade de contextos socio-econômicos, históricos e de agroecossistemas, possíveis combates compartilhados; iii) reunir personalidades científicas reconhecidas e jovens estudantes, inclusive algumas implicadas na organização do evento, e assim aprender – os eventos são momentos de construção de conhecimentos, inclusive de ordem organizativa; iv) organizar debates de maneira participativa e colaborativa, com o desafio de, ao mesmo tempo, quebrar formas convencionais de reflexão acadêmica e produzir saberes e conhecimentos que se apoiem na rica diversidade de pessoas presentes, independente de sua posição; v) combinar a perspectiva local – pontos de vista situados – e internacional – para compreender os desafios pela comparação e mudança de escalas; vi) propor uma visão pluridisciplinar, ao menos dentro das ciências sociais, mas também de outras áreas de conhecimento.

Os momentos dos encontros foram momentos de formação coletiva e de construção da rede e, ao mesmo tempo, de ampliação das alianças e propostas de coordenação. Por exemplo, as publicações que resultaram dos três colóquios envolveram pesquisadoras/es e atores/as de instituições de assessoria e extensão rural com as quais várias atividades foram organizadas (projetos de pesquisa, seminários, formações), formando ao longo do tempo uma comunidade que se reconhece em valores, ideias, combates científicos e políticos comuns. Durante os três encontros, participaram representantes de importantes instituições de pesquisa, formação – inclusive técnica – e de assessoria e extensão rural.



Os três colóquios contaram com a participação de camponesas do Sul e do Norte. Em Lyon simbolicamente uma camponesa cantou uma canção de sua região, o nordeste brasileiro. Esse canto foi seguido de um testemunho intenso de uma camponesa da região de Drôme na França, que expressou o lugar em que se situam os saberes e práticas camponesas, a importância destes conhecimentos e o que há de comum e equivalente com os conhecimentos acadêmicos.

Também foi feito um esforço de criar condições pedagógicas adequadas ao diálogo de saberes, considerando a presença de numerosos/as doutorandos/as que apresentariam seus trabalhos, mas também contribuir para um desenrolar agradável do evento e tornar visíveis os lugares alternativos de saber. A ideia era de construir conhecimentos científicos não somente a partir das, mas com as pessoas que interagimos enquanto pesquisadoras/es. A canção, os corpos, a voz, são também uma maneira de reconhecer a importância das emoções na mobilização e nas pedagogias humanistas de produção de conhecimentos. Para aquelas duas mulheres foi também a oportunidade de dar seu testemunho em alto e bom som em um lugar pouco habitual para elas, lhes permitindo perceber um olhar reflexivo sobre seu engajamento nos movimentos feministas e camponeses.

Em Recife esta dimensão foi consolidada com a inclusão de uma programação protagonizada por movimentos sociais de mulheres camponesas, indígenas e quilombolas. Nesse ambiente ficou evidente que deveríamos criar uma rede informal para defender nossos valores, nossas ideias, e nossos envolvimento nos diversos domínios de nossas competências e instituições. Consideramos também oportuno ampliar nossa base em outros contextos, em particular asiáticos, e de abrir o debate em direção às ciências ambientais, ciências agronômicas e genéticas (de plantas e animais).

Manifesto da Rede Internacional Feminismo e Agroecologia

O colóquio realizado em Recife, em abril de 2019, é o terceiro encontro de uma sequência de discussões (colóquio de 2012 em Toulouse, de 2015 em Lyon, na França) que instaurou uma vontade coletiva de construir uma Rede Internacional Feminista de Agroecologia. Esta rede se propõe a articular saberes e experiências de organizações sociais e acadêmicas a fim de produzir conhecimentos que podem subsidiar demandas políticas e apoiar movimentos sociais. Nós, integrantes da rede, combinamos a vontade de construir um modelo agroalimentar camponês e sustentável e o reconhecimento do papel das mulheres e da emancipação feminina.

A rede internacional feminista de agroecologia que defendemos e construímos é um projeto político de transformação social, de produção de saberes e intercâmbio de práticas. Ele se apoia sobre um tripé de atoras(es) implicadas(os) como pesquisadoras(es) e professoras(es) feministas, organizações não governamentais, sindicatos, organizações camponesas e movimentos de consumidores. Como em outros debates, o feminismo é evidentemente uma questão transversal: não falamos de uma agroecologia



feminista, mas de uma abordagem feminista da agroecologia, pois atuamos nos processos existentes reivindicando a necessária visibilidade das lutas pela igualdade de gênero.

A rede feminista de agroecologia tem a vontade política de articular uma responsabilidade (em relação ao planeta terra, aos territórios, às comunidades) e um reconhecimento social dos direitos de sujeitos políticos (em particular, as mulheres) comprometidas com a transformação social em torno de questões agrícolas e alimentares. Os saberes que defendemos são aqueles co-produzidos em intercâmbios entre as três esferas (acadêmica e de ensino, acompanhamento técnico e político como as ONG e o mundo camponês) a partir de uma abordagem feminista. Reconhecemos que estes saberes estão inscritos em contextos que os tornam singulares, o que nos faz destacar a importância dos movimentos negro e indígena.

Comprometemo-nos com a luta contra todas as formas de violência presentes em diversas escalas sociais e espaciais do modelo patriarcal (instituições do Estado, comunidades, famílias) e colonial (modelo de desenvolvimento liberal da agricultura industrial em diferentes escalas territoriais).

Polos regionais de circulação de conhecimentos e estratégias de ação

A rede internacional inicia apoiando-se em polos regionais em construção na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru), na África (Senegal), na Ásia (Índia), na Europa (França, Estado Espanhol, Suíça) que constroem sua própria agenda política, se apoiam sobre a singularidade de sua rede de atoras(es) e atuam com base na originalidade de seus diferentes ecossistemas. O objetivo é de estabelecer ações coletivas, criar solidariedades e visibilizar os desafios relacionados aos valores que defendemos. Desejamos criar um espaço de circulação de conceitos fundantes de nossos compromissos de modo a construir uma linguagem comum entre a formação popular e acadêmica favorecendo um diálogo em torno de saberes feministas nas raízes da agroecologia. A pesquisa realizada é comprometida: as pesquisadoras(es) compartilham a ética de uma pesquisa a serviço de questões importantes para a sociedade e coletivamente definidas. A pesquisa-ação participativa que defendemos tem como ponto de partida aquilo que é importante para as pessoas, famílias e comunidades com as quais atuamos.

Análises comuns, instrumentos conceituais da abordagem agroecológica feminista

Atuamos articulando três críticas ao modelo de desenvolvimento socioeconômico do capitalismo agroindustrial liberal:

Crítica de uma ciência moderna que desconsidera a característica relacional da vida: sejam relações entre seres humanos e não humanos, ou com a natureza e o mundo material. Reconhecemo-nos em uma perspectiva ecofeminista que critica uma visão mecanicista, reducionista e naturalista dos



ecossistemas. Reivindicamos uma visão orgânica e holística (relacional e complexa) da relação com a vida e com a natureza viva (diversa e adaptativa) segundo a diversidade de questões dos territórios e de sua adaptação ao meio ambiente. Esta perspectiva holística, global, que integra uma preocupação sistêmica, permite compreender o papel das mulheres e dos homens na preservação da biodiversidade em todas as escalas: a da diversidade ecológica (segundo os diferentes biótopos e sua evolução relacionada à transformação das paisagens); a da diversidade das espécies nos ecossistemas, inclusive nos quintais, em geral manejados pelas mulheres, como lugares de grande biodiversidade; a diversidade genética das plantas considerando a seleção de plantas bem como a questão de gênero segundo os papéis sociais.

Crítica da economia formal que desconsidera a combinação de vários princípios de comportamento econômico. A economia social e solidária feminista com a qual atuamos, se inscreve em uma abordagem crítica da crise da reprodução social do campesinato ao redor do mundo e em uma perspectiva heterodoxa da economia. Desconstruímos as dicotomias que estão na base da invisibilidade e do não reconhecimento do trabalho das mulheres, inclusive nas práticas agroecológicas: reprodução/produção, mercantil/não mercantil demonstrando como elas são constitutivas umas das outras.

Crítica de uma visão política restrita aos poderes públicos e à democracia limitada à representação que ignora a importância dos espaços públicos, em especial os subalternos, nas lutas contra as desigualdades e pela democratização. Chamamos a atenção sobre as condições de participação política das agricultoras, mediante espaços de fala que permitem a deliberação e a politização de questões consideradas em outros espaços como da esfera privada, como é o trabalho de cuidado. Reconhecemos a importância da organização coletiva, em especial nas redes feministas que colocam em prática o princípio de que o “privado é político” e que permitem transformações pessoais e coletivas em diferentes escalas.

Crítica à divisão do trabalho que desconsidera a articulação de questões da vida privada e da vida pública: a responsabilização das mulheres pelas tarefas domésticas e de cuidado reproduz desigualdades/assimetrias de gênero que estruturam esferas econômicas e políticas.

O reconhecimento das atividades de cuidado traz à tona a dupla dependência das sociedades em relação à natureza e em relação aos cuidados dos seres, das coisas, do mundo. Reconhecemos o papel fundamental que as mulheres têm na esfera doméstica, nas atividades relacionadas à manutenção da vida: cuidados ligados ao corpo, às plantas, à alimentação, aos ecossistemas. Ao mesmo tempo, denunciaremos o confinamento histórico das mulheres ao doméstico, ao privado, à atenção aos outros (crianças, idosos, doentes), à alimentação, à proximidade afetiva (promovendo uma visão essencialista da mãe nutridora), ao quintal, à natureza, ao cotidiano, a reiteração dos cuidados, e as limitações de sua participação na esfera pública. Ao mesmo tempo, reivindicamos que a atenção às necessidades e expectativas do outro é também uma prática social fundamental que deve ser compartilhada com os



homens. Consideramos que se o privado é político, a perspectiva feminista da agroecologia reivindica, portanto, trazer ao âmbito político, questões relacionadas aos quintais, ao campo, à cozinha, como espaços de articulação entre produção, transformação e consumo. É a partir destes lugares que a agroecologia que assumimos acompanha às manifestações e às formas de apropriação de si mesmas de novos sujeitos políticos: as produtoras agroecológicas.

Esta agroecologia que reivindicamos se aproxima da ecologia política que denuncia uma abordagem romântica dos saberes agroecológicos das mulheres e uma leitura homogeneizante do grupo social das mulheres, que denuncia também uma elevada responsabilização das mulheres pelo futuro do planeta, além de uma invisibilização dos saberes e responsabilidades dos homens. Pensar uma (agro)ecologia política feminista nos impõe pensar nas interseccionalidades das desigualdades, da divisão sexual do trabalho, dos direitos aos “recursos” (terra, água, sementes, comercialização, etc.) e do poder de decisão. Implica também considerar o território como espaço de autonomia, não apenas como espaço de reprodução física, mas também cultural, referenciado na ancestralidade das suas práticas, buscando romper com a hierarquia entre raças e etnias.

São nossos objetivos:

- Promover a integração de instituições de ensino e organizações sociais que atuam na área de gênero, agroecologia e ação coletiva;
- Facilitar a socialização e troca de experiências em agroecologia de mulheres agricultoras, bem como de seu envolvimento nas demais atividades da agroecologia;
- Conhecer e proporcionar o intercâmbio de ações coletivas de mulheres voltadas para a segurança e soberania alimentar e promoção da transição agroecológica;
- Aprofundar ações de cooperação entre instituições acadêmicas de distintos países participantes para promover uma internacionalização dos núcleos de pesquisa e dos programas de graduação e Pós-Graduação com interface nessa temática;
- Realizar incidência política para monitorar mudanças nas políticas públicas agrícolas e alimentares.